

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **Mandato 2017-2021**-----
-----**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM QUINZE DE JANEIRO
DE DOIS MIL E DEZANOVE** -----
----- **EXCERTO DA ATA NÚMERO QUARENTA NOVE (relativo ao Ponto 1 da
Ordem de Trabalhos)** -----
-----**ATA NÚMERO QUARENTA E NOVE**-----

----- Aos quinze dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, em cumprimento da respectiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos, vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em Exercício e Segunda Secretária. ---

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luis Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paulo Jorge Velez Muacho, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes,

Draft

Silvino Esteves Correia, José Manuel Marques Casimiro, Joana Filipe Amaral Grilo, Susana Maria da Costa Guimarães, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Moraes, Luis Duarte de Albuquerque Carreira, Pedro Miguel Tadeu Costa, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Romualda Maria da Conceição Martins Nunes Fernandes, José Roque Alexandre, José Pedro Pires Ferreira, Nádia Alves Teixeira, Rosa Maria Carvalho da Silva, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Mário Nelson Moraes Freitas e Rodolfo Knapic.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Fábio Martins de Sousa e Paula Inês Alves de Sousa Real. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães.-----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa.-----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Patrocínia Vale César.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira. -----

----- Rui Paulo Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Margarida Moraes.-----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Romualda Fernandes.-----

----- Patrocínia Vale César (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria Cândida Cavaleiro Madeira-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre. -----

----- Hugo Gaspar (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Pedro Pires Ferreira. -----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Rodolfo Knapic.-----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva.-----

----- Maria Cristina Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita. -----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Páscoa Baptista. -----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal José Casimiro. -----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputada Municipal Joana Grilo. -----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas. -----

----- Raúl Santos (MPT), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Nádía Alves Teixeira. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Manuel Grilo, Paula Marques, Miguel Gaspar e José Sá Fernandes. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição João Pedro Gonçalves Pereira, João Pedro de Abreu Costa, Nuno Correia da Silva, Nuno da Rocha Correia e Orísia Roque. -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia**, declarou aberta a reunião. -----

----- (....) -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA PETIÇÃO N.º 17/2018 – “VAMOS SALVAR O ANTIGO MUSEU DA RÁDIO E O SEU JARDIM”, NOS TERMOS E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 85ª DO REGIMENTO;** -----

----- (O Parecer da 3ª Comissão Permanente (3ª CP) fica anexada a esta Ata, como Anexo e dela faz parte integrante) -----

----- (A Recomendação 049/01 (3ª CP) resultante do Parecer da 3ª CP sobre a Petição 17/2018, fica anexada a esta Ata, como Anexo e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados terminámos agora esta fase dos nossos trabalhos, e vamos entrar agora nas Petições, onde temos cidadãos inscritos para apresentar a primeira Petição. -----

----- Eram duas mas só temos uma na Ordem de Trabalhos de hoje, porque a outra foi adiada para ser, como eu disse no princípio da Sessão para ser apreciada pela 7ª Comissão. -----

----- Portanto é só a Petição nº 17, que tem a ver com o antigo “Museu da Rádio e seu Jardim”. -----

----- Esta Petição, portanto têm a palavra os Peticionários, há uma Relatora que é a Deputada Alexandra Mota Torres, e depois os Senhores Deputados que queiram intervir. -----

----- Intervenção primeiro dos Senhores Peticionários e depois da Relatora. -----

----- Façam favor.” -----
----- Portanto têm dez minutos para a vossa intervenção, há aí um quadradinho da direita que vai contando o tempo, e em baixo também vai contando o tempo. -----
----- Têm então a palavra façam favor.” -----
----- **A Peticionária, Senhora Dona Maria Teresa Teixeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Excelentíssimos Senhores Deputados. -----
-----Gostaria de dizer que vou falar em meu nome sou Peticionária e residente no prédio imediatamente ao lado da Rua do Quelhas que foi Museu da Rádio, e também em nome da Associação de Moradores da Lapa, a pedido do seu Presidente, Doutor Pedro Cassiano Neves que não pôde estar presente. -----
----- Gostaríamos primeiramente de agradecer a esta Assembleia a oportunidade de podermos aqui apresentar as nossas muitas objeções a este projeto ao PIP (pedido de informação prévia) e projeto de licenciamento que pretende construir três prédios de habitação com três pisos de garagem enterrados, no logradouro do edifício da Rua do Quelhas que foi Museu da Rádio -----
----- Este projeto enferma de muitos problemas, a saber: a completa ilegalidade dos projetos aprovados, pois os prédios a construir são no exclusivamente em logradouro, as escavações para três pisos de garagens com mais de dez metros de profundidade na colina mais melindrosa de Lisboa, que tem registado ao longo do tempo inúmeros episódios de deslizamentos de terras e graves assentamentos do edificado e o facto de toda a urbanização vir a assentar em cima de um talvegue, ou seja em cima de um rio subterrâneo. -----
----- Falarei sobre a primeira questão, o engenheiro Carlos Teixeira falará a seguir, sobre as outras duas questões hidrogeológicas. -----
----- Serei breve e aflorarei apenas uma das muitas questões jurídicas em causa. -----
----- A Câmara Municipal de Lisboa aprovou um pedido de informação prévia para a construção dos referidos três prédios, com base exclusiva numa planta de síntese do RPUNHM (Regulamento do plano de urbanização do núcleo histórico da Madragoa). -
----- E para tal, socorreu-se da representação que se pode ver, de uns polígonos a preto e da legenda que os titula “demolição com nova construção”. -----
----- No logradouro do antigo edifício do Museu da Rádio existem uns telheiros amovíveis, abarracados e nunca licenciados, aí erguidos pela Emissora Nacional que aí fazia, entre outras coisas, manutenção de camiões. -----
----- Os polígonos a negro, apesar de não terem qualquer correspondência com o que efetivamente existe no logradouro... -----
----- Eu gostava de não estar a competir com as pessoas que estão a falar, eu peço desculpa.”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Tem toda a razão e esse papel é meu. -----
----- Portanto eu pedia aos Senhores Deputados. -----

----- Senhores Deputados que estão de pé aqui a falar na frente, agradeceia que dessem atenção ao que a Senhora Peticionária nos está a apresentar.-----

----- Faz favor.”-----

----- **A Peticionária, Senhora Dona Maria Teresa Teixeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Os polígonos a negro, apesar de não terem qualquer correspondência com o que efetivamente existe no logradouro pretendem representar os referidos telheiros; a legenda “demolição com nova construção” pretende legalizar estas barracas clandestinas, por forma a permitir a construção de um empreendimento urbanístico de luxo e a conseqüente impermeabilização dos solos, do antigo Museu da Rádio, ao arpejo de toda a legislação do urbanismo.-----

----- Trata-se de um verdadeiro expediente para evadir a lei, para defraudar a lei que em inúmeros regulamentos proíbe a construção em logradouro e a impermeabilização dos solos.-----

----- A título meramente sumário e ilustrativo refiro, o artigo n.º 33 do anterior Plano Diretor Municipal de Lisboa, o atual artigo n.º 44 do Plano Diretor Municipal de Lisboa e até o artigo n.º 14 n.º 1 do próprio diploma onde a planta de síntese está integrada, o RPUNHM (Regulamento do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Madragoa).-----

----- Refira-se ainda que esta planta de síntese número um não é a única anexa ao RPUNHM, existem quarenta e um anexos a esse regulamento. Todas as outras plantas anexas não representam os referidos barracões. A título mais uma vez meramente ilustrativo, refiro a planta de síntese dois, a planta da massa edificada, que certamente os deveria representar fossem eles suscetíveis de dar lugar a nova construção e, já agora, a planta do talvegue.-----

----- Apesar de todas as violações da lei, das exposições escritas e verbais de vários Peticionários, perante o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e restante Vereação, das providências cautelares intentadas por alguns Peticionários e pela Associação de Moradores da Lapa, de uma notificação judicial avulsa dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e restante Vereação. A Câmara Municipal de Lisboa mantém-se inamovível, agarrada a este projeto do qual não desiste, aguardando a primeira oportunidade para permitir a entrada dos *bulldozers* no logradouro do edifício do Museu da Rádio para se iniciarem as escavações.-----

----- O último despacho sobre esta matéria, emitido na sequência do pedido de esclarecimentos da 3ª Comissão Permanente, subscrito pelo arquiteto Nuno Morais, que mereceu a concordância do Diretor Municipal Jorge Catarino Tavares e do Vereador do Urbanismo Manuel Salgado, corrobora as intenções da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Escreve Nuno Morais: *“importa informar que atualmente o logradouro do edifício possui diversas construções, de carácter precário cuja existência, legal ou ilegal, não relevou para a apreciação da pretensão, face ao previsto na planta de síntese um, que integra o Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Madragoa. ”*

----- Em suma, a Câmara Municipal de Lisboa sabe e diz que está a autorizar construção em logradouro, ao mesmo tempo que a Câmara Municipal de Lisboa reconhece que não quer saber se os barracões existentes no logradouro são legais ou ilegais.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa constitui assim direitos, ilegítimos, a favor do promotor da obra, violando, com este favorecimento, o princípio constitucional da igualdade. Diga-se ainda que, pela constituição de direitos ilegais na esfera jurídica do promotor da obra, e se a Câmara vier a aprovar as especialidades, o que ainda não fez, o próprio Município poderá vir a ter de indemnizar o promotor, se os tribunais vierem a anular estes atos administrativos como, é de justiça.-----

----- Em conclusão, através da aprovação deste projeto completamente ilegal, onde não há um metro quadrado de construção que não seja uma violação da lei, a Câmara Municipal de Lisboa promove ativamente a desenfreada especulação imobiliária, expulsando de facto e abusivamente os lisboetas das suas casas e da sua cidade.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Peticionária.-----

----- Tem ainda uns minutos que pode aproveitar, se faz favor.-----

----- Veja lá se precisa de apoio técnico?”-----

----- **O Peticionário, Senhor Carlos Faria Teixeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Chamava agora a vossa atenção para precisamente o desenho número um, do volume seis, que são os anexos do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Madragoa, que apresenta precisamente os talwegues da área de intervenção do plano e algumas linhas de festo. As linhas de festo são as cotas mais altas, as cotas cada vez mais altas das colinas, um talvegue é uma linha que associa todo um conjunto de pontos de cota mais baixa de um leito de rio, ribeira ou linha de água.-----

----- O talvegue que nos interessa aqui considerar é precisamente o talvegue no topo superior da área de intervenção que começa aqui representado no cruzamento da Rua da Lapa com a Rua do Quelhas, e que segue o traçado rodoviário da Rua do Quelhas até alturas do número vinte e cinco, e a partir deste momento inflete para a direita, entra dentro do logradouro do vinte e um, vinte e três, e finalmente passa por baixo do edifício construído número vinte e um, para retomar a Calçada do Castelo Picão em direção aos terrenos de aluvião na Calçada do Marquês de Abrantes.-----

----- Ora muito bem, é muito importante este desenho é extremamente importante como podem ver está referenciado como fazendo parte da caracterização física e dentro da caracterização física da morfologia, é um elemento cartográfico essencial do plano de urbanização, mas este talvegue não é conhecido da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Eu vou incidir a minha intervenção exclusivamente sobre ele, por três razões. ---

----- Primeiro porque não é conhecido da Câmara, segundo porque eu penso que vos posso demonstrar que ele corresponde a uma linha de água subterrânea existente nos

dias de hoje e terceiro porque em cima de uma linha de água, só se pode construir uma ponte.-----

----- Ora bem, começaria então pelo princípio. -----

----- Na informação prestada pela técnica desta Direção, que termina na palavra “geologia”, constando deste ofício assinado pelo Senhor Vereador do Urbanismo desta cidade, afirma-se “que o referido talvegue não é conhecido pela Câmara Municipal de Lisboa”, em contra partida um plano encomendado pelo promotor da obra “VanguardEagle IV” a uma empresa de geotecnia a “Geocontrole”, esse sim já é conhecido, até conhecido da técnica anteriormente referida, e é curiosamente invocado taxativamente por esta Autarquia como se tivesse sido elaborado por um Departamento interno, da Câmara, ou como se tivesse a chancela do Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia, mas este estudo não contém um estudo hidrogeológico. -----

----- Daqui só se pode concluir evidentemente que o talvegue é um elemento determinante, para uma análise correta das condições em que foram concedidas as aprovações, e nós sabemos que estavam carregadinhas de irregularidades, do pedido de informação prévia do projeto de arquitetura que vos trouxemos aqui, e obviamente para a competente extração de conclusões.-----

----- Daqui se conclui e é mais importante, que a caracterização hidrogeológica dos vinte e um, vinte e três é um procedimento essencial para se poder com critério de rigor decidir o licenciamento de qualquer projeto apresentado para o referido local.” --

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu pedia-lhe desculpa como terminou o tempo, não quero interromper mas pedia-lhe para sintetizar, agora passar para as suas conclusões.” -----

----- **O Peticionário, Senhor Carlos Faria Teixeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É o mais que eu consigo, o mais que eu posso é terminar aqui. -----

----- Agora sintetizar mas do que eu aqui tenho, sinceramente...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pode sempre entregar, como tem isto escrito em *PowerPoint*, pode ficar sempre registado na Ata, o documento na íntegra.” -----

----- **O Peticionário, Senhor Carlos Faria Teixeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Será que me podia dar mais dois minutos?”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu tenho dificuldade, porque não é Regimental! -----

----- Se puder tirar as conclusões, saltar para a parte a parte final.-----

----- Mas o documento ficará na íntegra.” -----

----- **O Peticionário, Senhor Carlos Faria Teixeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “As conclusões, eu comecei por elas! -----

----- A questão que está aqui em jogo não é tanto isso, é demonstrar que ele existe. ----
----- Repare-se no cruzamento da Rua da Bela Vista á Lapa com a Rua dos Navegantes temos esta loja, repara-se no perfil da Rua dos Navegantes, o seu seguimento natural lá ao fundo está a Rua do Quelhas, temos um pendente para lá. -----
----- Se nós conseguirmos aceder à cave deste prédio, e repara-se logo que se chegue às escadas da cave encontramos uma quantidade de garrafões, as pessoas informa-nos que cortaram o abastecimento da EPAL, porque têm água de fartura, encontramos isto. ----
----- O que nós encontramos aqui é tem tubos ligados, etc., é uma caixa de água, e ela existe porquê? Porque o nível freático da linha da água subterrânea encontrou fundação no prédio no seu trajeto, um trajeto que é descendente em direção à Rua do Quelhas, e retoma afinal o talvegue, do tal desenho número um, que é desconhecido da Câmara. -----
----- Mais grave do que isso, estas fotografias foram tiradas logo a seguir à nossa intervenção na Câmara no dia 25 de setembro, foram tiradas nos finais de setembro, há quatro meses, não havia precipitação em Lisboa. -----
----- Portanto esta linha de água não é sazonal, esta linha de água está aqui todo o ano.
----- O que é que causa a construção brutal de três caves em cima de uma linha de água? -----
----- Causa o seguinte: a coluna de água a montante dessa construção prevista subiria, a coluna de água a jusante dessa brutalização da água seria menor, é o efeito de barragem. -----
----- O que é que o efeito barragem faz aos edifícios a montante?-----
----- Os Senhores pensam “ah é aquele problema, dá o apodrecimento das partes de madeiras dos pisos inferiores, e o aparecimento de pequenas patologias e de insalubridade”, não, não!-----
----- O problema da modificação do regime hidrológico é que nos terrenos que estão subjacentes aos prédios começam a surgir zonas de resistência à penetração diferentes no mesmo prédio, e um prédio não pode receber forças do solo num ponto com um determinado valor, e noutro ponto diferente, ele parte, ele quebra, são os chamados assentamentos diferenciais.”-----
----- (O *PowerPoint* entregue pelo Peticionário Carlos Faria Teixeira, fica anexado a esta Ata, com **Anexo** e dela faz parte integrante) -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Por muito interessante que seja a ser a sua exposição, eu tenho que fazer cumprir o Regimento, eu peço imensa desculpa, estávamos todos muito interessados em ouvir, de qualquer modo acho que ficaram sensibilizados, os Senhores Deputados para a exposição que fizeram.”-----
----- **Peticionária, Senhora Dona Maria Teresa Teixeira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhora Presidente deixe-me só esclarecer uma coisa, que talvez não tenha ficado clara para os Senhores Deputados.-----

----- Foi a Câmara que elaborou a planta do talvegue, e foi através dessa planta que nós tivemos conhecimento do talvegue, para o caso de acontecer alguma coisa...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu penso que isso ficou claro porque referiu que exatamente a planta fazia parte dos estudos.-----

----- Foi feita essa referência, certamente. -----

----- Muito obrigada, pelo que aqui trouxeram, pelo trabalho que fizeram para chegar aqui, pela insistência que têm tido, e agora vamos sim, dar a palavra à Senhora Deputada Relatora, que é a Deputada Alexandra Mota Torres, para apresentar o Parecer da Comissão, faz favor.-----

----- E depois iremos ouvir os Deputados, sei que têm conhecimento da Recomendação que foi apresentada pela Comissão, portanto vamos agora prosseguir.” -----

----- Eu só peço aos serviços que fiquem com o documento que o senhor engenheiro estava a apresentar, para que ele possa fazer parte da Ata.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Alexandra Mota Torres (PS)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente -----

----- Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados e Deputadas, Representantes dos Peticionários e de demais público.-----

----- Apresento, enquanto Deputada Relatora, o Relatório da Petição nº 17 de 2018 “Vamos Salvar o Antigo Museu da Rádio e o seu jardim”, subscrita por trezentos e trinta e três peticionários. -----

----- Uma primeira palavra de apreço e saudação aos munícipes Peticionários que, aproveitando o instrumento regimental da Assembleia Municipal de Lisboa lhes coloca à sua disposição, usaram o direito de petição, num exemplo de participação cívica e de cidadania que, aliada à exposição do objetivo proposto, complementaram esta Petição com vasta e interessante documentação técnica que está adensa a este relatório e permitiu assim um estudo mais aprofundado e rigoroso da sua reclamação e reivindicação -----

----- De acordo com o procedimento Regimental e qualificada a atenção que por norma damos às petições dos munícipes, a 3ª Comissão procedeu às diligências que considerou necessárias, ouvindo os Peticionários e requereu também à Câmara Municipal e seus Serviços informações adequadas e julgadas pertinentes para a execução do presente relatório que também dela fazem parte. -----

----- Deste modo, no documento, fez-se um enquadramento da Petição, sintetizou-se a audição dos representantes dos Peticionários tendo em conta os diversos projetos e pareceres que foram apresentados, plasmou-se a informação remetida pela Câmara Municipal de Lisboa não só no que concerne aos vários aspetos do licenciamento da construção, mas também dos esclarecimentos pedidos pelo Movimento Partido da Terra que se consubstanciaram em seis questões. -----

----- Foram recebidas comunicações diversas, quer do Gabinete do Vereador Manuel Salgado, quer as informações anexas remetidas pelo Departamento Reabilitação Urbana, quer pelo Núcleo de Apoio Técnico de Geologia e ainda a comunicação de que o projeto se encontra no Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Lisboa, em fase de apreciação, dada a existência de uma providência cautelar no âmbito da ação judicial interposta pelos Peticionários.-----

----- De tudo isto foram apresentadas extensas conclusões, conhecidas de todos os intervenientes, que nos parecem não carecer de leitura nesta Sessão do Plenário, que reforçam e resumem a análise do trabalho executado em Sede da Comissão de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Obras Municipais, da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Foi assim possível e considerando o que anteriormente foi dito, elaborar as seguintes recomendações à Câmara Municipal de Lisboa:-----

----- Um: independentemente do resultado da ação judicial em curso, proceda à reapreciação do pedido de licenciamento que constituiu o Processo n.º 1189/EDI/2016, tendo em especial atenção aos aspetos de conformidade urbanística e regulamentar especificamente apresentados pelos Peticionários, e o estabelecido no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, para cabal esclarecimento das alegações apresentadas e da respetiva legalidade jurídica urbanística e regulamentar do projeto de arquitetura aprovado. -----

----- Confirme, através da realização de levantamento topográfico a efetuar no local por técnico habilitado, qual a real dimensão da profundidade de empena do edifício sito na Rua do Quelhas n.º 23, e em caso de confirmação do eventual incumprimento do disposto nos artigos 73º do Regulamento Geral de Edificações Urbanas e 43º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa, por remissão do estabelecido no Artigo 36º do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa face aos resultados apurados, promova as iniciativas necessárias neste ponto em concreto por forma a assegurar que a nova construção a licenciar garante o cumprimento estrito da legalidade urbanística e regulamentar. -----

----- Tendo em consideração o risco geotécnico e hidrogeológico do local, aprecie com especial cautela os projetos de escavação, contenção periférica e demolições da obra em causa, por forma a assegurar que a solução prevista não afeta a estabilidade dos edifícios confinantes e que são realizados os adequados estudos de caracterização da situação e de avaliação do impacto das referidas obras sobre o regime de escoamento existente a nível freático, caudais e velocidades, sobre as infraestruturas subterrâneas presentes e sobre as fundações dos edifícios, nos termos do estabelecido no n.º 4 do Artigo 29º do Sistema estrutural e regras gerais de intervenção do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa. -----

----- Quatro: submeta a proposta final do pedido de licenciamento a decisão da Câmara Municipal, nos termos do estabelecido no Despacho 99/P/2017 publicado no 1º suplemento do Boletim Municipal n.º 1240 de 23 de Novembro de 2017, ponto três iii da alínea c) do n.º 3 da subdelegação de competências em matéria de urbanismo,

retificando em caso de necessidade, a aprovação do projeto de arquitetura de forma a sanar eventuais irregularidades que subsistam; -----

----- Cinco: informe prontamente esta Assembleia sobre as decisões que vierem a ser tomadas no âmbito do procedimento administrativo de licenciamento urbanístico em análise, bem como sobre o resultado das eventuais decisões judiciais sobre o mesmo. -

----- A este relatório, como já disse foram feitos vários anexos, e foi aprovado por unanimidade dos Deputados que representam as forças políticas que presentes naquela reunião. -----

----- Disse!-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada Relatora.-----

----- E agora sim, vamos ouvir as intervenções dos vários Senhores Deputados que se inscreveram.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- ”Obrigada Senhora Presidente. -----

----- Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas.-----

----- “Os Verdes” saúdam os subscritores da Petição sobre o Museu da Rádio e o seu Jardim, que ao exercerem um importante direito de cidadania, alertam para a necessidade de preservação deste espaço, complementando a Petição com um conjunto de documentação. -----

----- A preocupação e a insatisfação manifestadas pelos Peticionários surgem da intenção da Câmara Municipal de Lisboa permitir construir três edifícios com caves, no quintal do Palacete do antigo Museu da Rádio. -----

----- Para concretizar este projeto será necessário fazer escavações com mais de nove metros de profundidade, e falamos de um espaço que se encontra em cima de um leito de ribeira subterrâneo o que poderá potenciar derrocadas especialmente quando já se verificaram deslizamentos de terras por causa de obras recentes devido à sensibilidade da área em questão. -----

----- Como se não bastasse a Câmara aprovou um projeto de arquitetura que implica a destruição de parte dos azulejos que cobrem o muro setecentista do logradouro, além de terem implicações a nível da luz natural da ventilação e da salubridade das habitações das ruas daquela zona.-----

----- Não menos importante é o facto de se tratar da Madragoa candidata a Património Mundial da Humanidade da UNESCO-----

----- Tal como ficou bem evidente na apresentação dos Peticionários são ainda levantadas várias questões relacionadas com alegadas irregularidades, e sobre as

diferenças entre o projeto inicial e o atual, que representam um aumento da volumetria a que acresce o facto de haver uma ação judicial em curso, situações que devem ser devidamente esclarecidas e acauteladas, para que não subsistem quais queres dúvidas.

----- Perante isto os Peticionários solicitam que a Assembleia Municipal e a Câmara preservem os bairros da Madragoa e da Lapa, e que em vez de novas construções em logradouros que levarão à impermeabilização do solo, seja criado um jardim. -----

----- Ora, da parte de “Os Verdes” estas propostas parecem-nos sensatas e têm como preocupação a qualidade de vida, a segurança, a valorização do património e a identidade da cidade pelo que estamos plenamente de acordo com o que nos é apresentado através desta Petição. -----

----- A propósito desta discussão recordamos que em 2015, quando o Plano de Pormenor da Reabilitação Urbana da Madragoa foi discutido nesta Assembleia, “Os Verdes” defenderam o seguinte: *“importa frisar a importância dos logradouros como espaços privilegiados de infiltração de águas pluviais e respiração da malha edificada, componentes essenciais da estrutura ecológica urbana.”* -----

----- Como tal a sua preservação e permeabilidade devem ser objetivos do plano em apreço. -----

----- Mas parece que este aspeto não tem afinal a mínima importância para o Executivo, o que é errado. -----

----- Desta forma e em conclusão reafirmamos a importância desta iniciativa dos Peticionários, e as preocupações que nos trouxeram e que partilhamos, defendendo que é a obrigação da Câmara fazer mais pela salvaguarda dos bairros da cidade e das suas populações. -----

----- A verdade é que têm sido muitos os projetos a que a Câmara pretende dar “luz verde”, sem ouvir a população e sem salvaguardar aspetos ambientais urbanísticos e de segurança, e que têm motivado petições como esta que agora apreciamos. -----

----- Por fim as recomendações da Comissão resultantes da apreciação desta Petição, terão a concordância dos “Verdes”, no entanto não poderíamos de deixar de referir que face à seriedade do assunto em causa, teria sido desejável e possível ir mais longe, porque há questões que não podem ser ignoradas ou desvalorizadas. -----

----- Assim consideramos que o Executivo ainda vai a tempo de arrepiar caminho, não permitir que este projeto avance e consultar a população sobre o que realmente é fundamental fazer naquele espaço. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro, do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, nós queremos saudar em primeiro lugar os Peticionários pela própria Petição, que é curta e que é francamente clara e é, de facto, digna de ser lida pelos Deputados desta Assembleia Municipal. -----

----- Nós estamos numa situação de descaracterização de uma zona, o Palácio dos Machadinhos foi vendido pela Câmara a particulares, creio que os Serviços da Câmara saíram de lá no final do ano passado e, portanto, passará a pertencer a uma família. ----

----- Pensa-se que não iá haver obras naquele espaço, que é um Palácio rodeado de um espaço também extremamente bonito e saudável, e agora chega-nos esta situação que realmente avança mais ainda no peso da descaracterização daquela zona que, como já foi aqui dito, é candidata à classificação de Património Mundial da Humanidade pela UNESCO. -----

----- Há a tentativa autorizada, permitida pela Câmara, de construção de três edifícios no quintal do Palacete, há a aprovação do projeto de arquitetura pela Câmara Municipal e subsistem dúvidas de ilegalidade, há um processo de Ação Judicial a decorrer, uma Providência Cautelar. -----

----- Há nesta Recomendação que a Assembleia tem, que a 3ª. Comissão foi recolhendo, há um estudo, um parecer técnico no processo que fala claramente do risco geotécnico e geológico da zona, há um Parecer ao leito da ribeira subterrâneo e há, digamos, algumas declarações positivas por parte da 3ª. Comissão, mas não suficientes, pela demonstração que aqui feita foi feita pelos Peticionários, acho que a Câmara deve parar rapidamente o processo, de facto, como recomenda a Comissão deve ir ao executivo e não ser resolvido em privado pelo Senhor Vereador Manuel Salgado e os seus serviços, não é? Deve ser realmente um processo que deve ser acompanhado na Câmara Municipal e também por esta Assembleia Municipal. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Gabriel Batista Fernandes, do CDS-PP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Batista Fernandes (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, o Senhor Presidente não está, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.-----

----- O CDS quer saudar a iniciativa dos peticionários, cidadãos e moradores nesta zona da Estrela preocupados com o futuro do seu bairro e com o património edificado e natural. Cada vez mais os atos de cidadania ajudam os decisores políticos a procurar as melhores soluções. -----

----- Realçar a forma e conteúdo em como os peticionários colocaram as suas preocupações, apresentando fundamentação bastante completa, o que é de louvar. -----

----- Saudar a Senhora Deputada Relatora pela qualidade do Parecer tendo em conta a complexidade técnica e legal do assunto em análise. -----

----- Coloca-se em causa a construção prevista em projeto para o edifício que albergou em tempos o Museu da Rádio, em particular a edificação de 3 andares no local onde existiam construções "abarracadas", como já foi aqui falado. -----

----- Acompanhamos a preocupação manifestada pelo facto da existência de um leito de ribeira subterrâneo no terreno em apreço, o que importará que o município exija medidas complementares e cautelares para o projeto urbanístico, avaliando tecnicamente se o mesmo deverá ser realizado. Algumas construções no redor deste terreno já foram alvo de complicações face ao deslizamento de terras, o que deve merecer a máxima atenção. -----

----- A par disso, importa que a Câmara tenha sensibilidade suficiente para aferir o impacto de edificação no atual jardim na restante malha urbanística existente. -----

----- O Pedido de Informação Prévia foi levado a reunião de Câmara Municipal de Lisboa com parecer favorável condicionado e, pelas razões invocadas para esse condicionamento, o CDS foi o único partido a abster-se, tendo os restantes votado a favor do Pedido de Informação Prévio, em apreço. -----

----- Perante a complexidade técnica do processo, os estudos e pareceres elaborados a pedido dos peticionários, o facto de a Câmara não ter remetido o conteúdo dos pareceres mencionados no relatório e estando a decorrer sobre o processo uma ação judicial, o CDS acompanha aqui a recomendação da 3ª CP que pede a reapreciação do mesmo, de modo a garantir o cumprimento legal e regulamentar e as condições de edificabilidade em segurança. -----

----- Em suma, o CDS mantém a posição que apresentou, isoladamente, em Câmara, agradece aos peticionários pela insistência neste processo e por acreditarem que os cidadãos são parte ativa no futuro da Cidade. Obrigado” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Mário Freitas, do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público presente. -----

----- A Petição nº17/2018 hoje em apreciação espelha a insatisfação por parte dos peticionários em relação à autorização da Câmara Municipal de Lisboa para a construção de três edifícios, nas traseiras do palacete do antigo Museu da rádio, com 4000 m² de construção total, e 3 pisos em cave, sobre um leito de ribeira subterrâneo. -

----- O Museu da Rádio, situado no n.º 21 da Rua do Quelhas, construído nos finais do Séc. XIX e alvo de alterações no Séc. XXI, tendo sido comprado em 1950 pela Emissora Nacional. -----

----- Nos anos 60 instalou-se neste edifício a Rádio Clube Português, e desde 1992 até encerrar em 2007, passou a Museu da rádio. Em Dezembro de 2007 a RTP deixou de ser a proprietária do imóvel. -----

----- Convém salientar, que o edifício em causa está identificado na lista de Bens e Imóveis de Interesse Municipal, e, consta ainda, na lista de bens azulejados que integram o Programa de Investigação e Salvaguarda dos Azulejos de Lisboa (PISAL).

----- Por outro lado, também existe a necessidade de preservar e valorizar o que ainda existe de genuíno nos bairros históricos da Madragoa e da Lapa, que como sabeis, nos últimos anos têm vindo a ficar cada vez mais descaracterizados quanto à sua identidade. -----

----- Desde início da apresentação do projeto previsto para o edifício em causa, que este Grupo Municipal tem vindo a colocar algumas questões no seguimento das preocupações apresentadas pelos peticionários. Salientamos, em particular, as questões relacionadas com a Geologia do local, nomeadamente os estudos geológicos realizados, bem como, com as construções existentes no quintal do palacete. -----

----- Em relação às primeiras, salientamos a especial cautela a ter no futuro para projetos de escavação, contenção periférica e demolições da obra em causa, por esta zona ser suscetível a deslizamentos já outrora verificados nas obras realizadas na zona envolvente. Acresce mencionar, que não se entende por que motivo a Câmara Municipal de Lisboa permite uma construção desta natureza mesmo por cima de um leito de ribeira subterrânea, visto que este pode obviamente agravar o risco geotécnico e hidrológico do local. -----

----- Já no que diz respeito às construções existentes, importa destacar a informação proveniente do Diretor do Departamento que refere expressamente (*e cito*) “*atualmente o logradouro do edifício possui diversas construções, de carácter precário cuja existência, legal ou ilegal, não relevou para a apreciação da pretensão (...) das novas construções admissíveis neste prédio urbano (...)*”. -----

----- Senhor Presidente, Senhor Vereador Manuel Salgado face à resposta citada anteriormente, a dúvida persiste: -----

----- Será que os pavilhões ilegais, considerados agora “legais”, e alvo de providência cautelar, implicaram algum perdão na Taxa de Reforço de Infraestruturas Urbanísticas? No nosso entender, torna-se fulcral verificar essa alegada legalidade. ----

----- Por último, terminamos esta intervenção deixando uma questão para reflexão futura. -----

----- Já não é a primeira vez que a Câmara Municipal de Lisboa autoriza licenciamentos para condomínios de luxo, com ocupação exagerada do logradouro com novas construções, sem que estes projetos sejam devidamente apreciados e votados em reunião de Câmara. A título de exemplo, refira-se o recente licenciamento para o Palácio de Santa Helena, em Alfama, e que à semelhança do caso em apreciação, foram alvo, e bem, de uma Petição, pelo que saudamos estas iniciativas. ---

----- Senhor Presidente, Senhor Vereador Manuel Salgado, o Partido da Terra apela a Vossas Excelências que a bem do princípio da transparência e da legalidade, assim como por respeito à arquitetura tão singular da *Nossa Lisboa*, que os projetos que coloquem em causa a identidade e a segurança dos lisboetas, sejam devidamente divulgados de modo a que o “EIXO E - Governação Aberta, Participada e

Descentralizada, reforçando a participação, a democracia e a transparência” que integra o Orçamento de 2018, seja uma realidade e não uma mera miragem. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, aos Peticionários, Senhoras e Senhores Peticionários o nosso, o meu agradecimento pela Petição que aqui trouxeram e, pelos vistos, comportava uma série de matérias que foram muito bem escalpelizadas pela 3ª Comissão, que também está de parabéns pelo Relatório que produziu, mas para lembrar o seguinte, a questão da competência para aprovar este tipo de projetos ficou muito bem recortada no acordo que foi celebrado de governação entre o PS e o Bloco de Esquerda na Câmara Municipal! -----

----- E não à toa estas matérias foram excluídas das competências a subdelegar, isto é, deveriam ir sempre ao Plenário da Câmara Municipal para decisão, porque se trata de projetos que têm que ver com o património histórico e cultural, não foi lá colocada por acaso essa menção importante, e detetada que está pela 3ª Comissão essa ausência de competência será para que rapidamente este projeto seja apreciado nos termos legais pelo Plenário da Câmara Municipal, onde já agora não há uma maioria política firmada, há o abrigo do acordo, mas não abrange naturalmente estas matérias especificamente. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos prosseguir, agora é o Senhor Deputado Miguel Santos, do PAN.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Público em geral, Imprensa. -----

----- A situação que hoje aqui vem sobre a Petição nº. 17, é uma situação que a começa a ser recorrente, começam-nos a aparecer muitas situações em que cidadãos fazem o papel dos serviços de licenciamento da Câmara, ou seja, “temos o Mundo de pernas para o ar”, ou seja, a Câmara vota, a Câmara aprova e depois têm que ser os cidadãos que da sua prova de cidadania, tal como é dada para estes Peticionários, nos vem lembrar que há qualquer coisa na Câmara que não está a funcionar. -----

----- Eu lembro-me assim, pelo menos de cabeça de uma meia dúzia de projetos, em que foram os cidadãos que os alertaram para situações gravíssimas, que depois efetivamente, depois de serem ouvidos se comprova que são situações inadmissíveis. -

----- E aquilo que eu me pergunto é: quantos mais projetos? Quantos mais edifícios não terão passado, em que os cidadãos não repararam aquilo que foi feito? -----

----- Ou seja, eu acho que isto nos merece uma reflexão profunda sobre o que está a ser feito nos licenciamentos camarários. Será necessário subcontratar os licenciamentos à Ordem dos Engenheiros ou dos Arquitetos? -----

----- Eu começo-me a pergunta porque, eu hoje ao ouvir os Peticionários, e já os tinha ouvido em Comissão, realmente, nós parece que ouvimos a explicação da entidade licenciadora sobre as pretensões do construtor, e neste caso seria a Câmara, portanto, isto está “de pernas para o ar”, não é aceitável que tenham que ser os cidadãos a penetrar nesta indefinição, eu tenho dificuldade realmente em classificar, e por isso, obviamente que nós saudamos e parabenizamos os Peticionários, damos os parabéns à Senhora Relatora do Parecer, que está bastante completo e que indica aquilo que a partir de agora, deverá ser feito, mas tornamos a realçar, isto era algo que não deveria sequer ter acontecido e temos que nos perguntar se deverá continuar a acontecer, com frequência com que está a acontecer? -----

----- Portanto, parabéns aos seus peticionários e esperemos que isto seja levado a “bom porto”. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo de Mello Gonçalves.” -----

----- **O Senhor Deputado, Rodrigo de Mello Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhoras secretárias, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----

----- Uma primeira nota para saudar os Peticionários que trazem este assunto à Assembleia Municipal. Uma saudação, não só pelo ato de cidadania em si, mas por todo o trabalho que se vê que tiveram com este dossiê. A forma pormenorizada e sustentada com pareceres técnicos e levantamento topográfico, entre outros, como expuseram as objeções e reservas ao projeto não pode deixar de ser salientada como um exemplo de cidadania ativa e empenhada e responsável. Bem hajam, pois pelos contributos que trouxeram a esta discussão.-----

----- Uma segunda nota relativa ao Parecer da 3ª Comissão da autoria da Senhora Deputada, Alexandra Mota Torres, o relatório que a Comissão de Urbanismo apresenta e submete a este plenário e o relatório claro, detalhado, imparcial o que não é uma coisa evidente de se conseguir perante matérias de tal complexidade e extensão. Cumprimos, então por isso, a Senhora Deputada Relatora.-----

----- Por último e relativamente ao processo propriamente dito, não podemos deixar de manifestar preocupação face algumas questões levantadas e sustentadas pelos peticionários que, ainda agora tivemos oportunidade de ouvir e ver na apresentação.---

----- Revemos inteiramente nas Recomendações da 3ª Comissão que pede reapreciação do processo de licenciamento do levantamento topográfico e que esta Assembleia seja prontamente informada. -----

----- Também, não podemos ficar indiferentes às questões levantadas na Petição, como sejam os possíveis deslizamentos de terras que, aliás, já aconteceram na zona, fruto de outras obras ou até a destruição de parte dos azulejos que cobrem o murro setecentista do logradouro. -----

----- Importa pois, garantir que não fiquemos uma vez mais colocados perante factos consumados e em que não haja volta a dar. Importa, pois, como diz a Petição garantir a preservação do que ainda existe de genuíno e valioso nos bairros históricos da Madragoa e da Lapa. -----

----- Infelizmente, nem sempre tem sido assim nos últimos tempos nestes bairros, esperemos que as coisas mudem. -----

----- “Obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton.” -----

----- **O Senhor Deputado, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Dirijo-me especificamente aos Senhores Peticionários, porque uma vez mais aquilo que fica presente e uma enorme preocupação assente numa falta de confiança naquilo que é o trabalho dos próprios serviços camarários. -----

----- A perspetiva que cada cidadão tem de qualquer processo que decorre no âmbito da alteração urbanística ou qualquer outro tipo de alteração, é que os serviços públicos correspondam a expectativa da justa defesa daquilo que é, não só a sua qualidade de vida como, inclusivamente a sua integridade física em muitas circunstâncias. -----

----- Aquilo que, repetidamente temos vindo assistir nesta casa é, de várias denúncias por parte de Peticionários e população de uma forma geral, sobre constantes processos que a nível do Urbanismo tem gerado enorme insatisfação e preocupação junto da comunidade. -----

----- Estas são matérias que não podem continuar a ser única e exclusivamente dependentes da intervenção cuidada de uma população que, vai-mos valendo pela atenção que continua a ter junto da sua própria cidade. Esta é uma responsabilidade que deve ser assacada aos próprios serviços e deve nesse mesmo sentido garantir que, do ponto de vista daquele que é o interesse dos cidadãos, os serviços asseguram essa mesma condição -----

----- E mais importante é quando tratarmos de reabilitação em zonas que estão no ponto de vista urbano, perfeitamente consolidadas sobretudo em zonas históricas, porquê? Por dois motivos, em primeiro lugar porque, a reabilitação urbana de um espaço e de uma comunidade não pode nunca acontecer ao prejuízo, daqueles que continua a querer investir naquele território e lá querem fazer a sua vida familiar em comunidade. -----

----- Em segundo lugar e mais importante, porque naturalmente infraestruturas em zonas urbanas históricas são potencialmente mais frágeis, perante aquilo que é a introdução de novos equipamentos e novos materiais. -----

----- E, por isso, apelo aqui, não é apenas um apelo de cidadania e não é apenas uma preocupação relacionada especificamente, com o cuidado que devemos ter com as populações que temos que proteger. Aqui o cuidado que devemos que ter no limite é inevitavelmente, um bom senso, algo que claramente escapa aos serviços camarários, sobretudo quando lemos o despacho daquele diretor de serviços. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, temos mais pessoas inscritas.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Margarida Penedo do CDS-PP.” -----

----- **A Senhora Deputada, Margarida Penedo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Deputados, Senhores Peticionários. -----

----- O que se passa com este caso vem direitinho ao encontro daquela que é a política urbanística do Senhor Vereador Manuel Salgado, que é a densificação do centro de Lisboa. Densificação do centro de Lisboa é exatamente fazer isto que aqui está. -----

----- É aumentar índice permitido para construção no centro da cidade, com estas consequências, é retirar espaço às pessoas, porque têm mais pessoas a viver dentro de áreas mais pequenas, é aumentar o índice de construção é a impermeabilização dos solos, é o erro de uma política urbanística que esta Petição aqui vem simbolizar muitíssimo bem. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Vereador João Paulo Saraiva.” -----

----- **O Senhor Vereador, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos, muito bom ano para todos aqueles a quem não tive oportunidade de desejar um bom ano 2019. -----

----- Agradecer aos peticionários o exercício de cidadania que fizeram, o exercício da sua função como cidadãos ativos, dizer que vamos analisar com pormenor aquilo que foram os documentos que trouxeram a esta Petição, nomeadamente, aquilo que possa ser algum dado novo, mas dizer-vos também, que não podemos aceitar, nomeadamente, porque na luta política ainda podemos aceitar algumas coisas.-----

----- Temos visto e temos assistido, sistematicamente, a uma diabolização do Vereador do Urbanismo Manuel Salgado mas, do ponto de vista dos trabalhadores costumam bastante mais aceitar, que se digam coisas como os trabalhadores ao serviço de Manuel

Salgado ou equipas do município ao serviço de Manuel Salgado, as equipas do Manuel Salgado.-----

----- Eu tenho-vos a dizer que o município de Lisboa, há muitos trabalhadores que nos orgulhamos muito dos trabalhadores que o município tem, que desenvolvem um trabalho com muita qualidade, cometem erros, também, certamente e cá estaremos para, e eles também, cada um deles para os assumir no caso de os terem cometido, mas que não me parece ser aqui o caso. -----

----- Mas dizer-vos muito claramente que não admitimos, nem deixaremos que se tente aqui ou noutra sede qualquer, a não ser que existam provas e aí atuaremos, ou a indícios claros e atuaremos para averiguar a verdade, quanto em insinuações nós não vamos aceitar, não vamos tolerar e não vamos deixar que se continue aqui a pretexto de diabolizar politicamente, Manuel Salgado também se diabolizar os trabalhadores do município que foi aqui, o que se tentou fazer neste momento. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados, chegámos ao final das intervenções, eu gostaria de acrescentar alguma coisa mas, provavelmente terei que fazer primeiro as votações, uma vez que não posso falar para não influenciar o resultado das votações como Presidente da Mesa, não compete, mas então pôr à consideração a Recomendação da 3ª Comissão. -----

----- Vamos para a consideração de todos os Senhores Deputados a Recomendação da 3ª Comissão e sobre a matéria, eu depois queria adicionar uma diligência que eu gostaria de fazer, mas vamos primeiro saber se estão de acordo com as Recomendações da 3ª Comissão. -----

----- Vamos pôr à consideração a Recomendações da 3ª Comissão, não há pedidos de votação em separado, de nenhum ponto? Vamos pôr à votação a Recomendação no seu todo.”-----

----- **Voto da Recomendação nº 49/01** da 3ª Comissão Permanente relativa à Petição 17/2018. A Recomendação nº 49/01 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 9IND. -----

----- “Senhores Deputados, aquilo que eu vos ia propor é uma diligência que, eu penso que perante a Mesa tenho de fazer, fase aos factos que foram hoje trazidos pelos peticionários a esta discussão. -----

----- E, o facto que eu gostaria de esclarecer e penso que em nome da Assembleia o devo fazer, de facto a 3ª Comissão através de um pedido do MPT, tinha solicitado ao Senhor Vereador Manuel Salgado que esclarece a existência do talvegue.-----

----- Era uma das perguntas do MPT e a resposta do Vereador Manuel Salgado remete para uma informação dos serviços que se baseiam numa carta geológica à escala um por dez mil, eu sou arquiteta, portanto, a escala um por dez mil não é satisfatório para aquilo que nós queremos fazer. A Escala de um por dez mil é uma escala demasiado genérica para podermos tirar as dúvidas se o talvegue existe ou não existe. -----

----- E, portanto, entendo, se os Senhores Deputados não acharem isto incorreto, que me cabe depois do que aqui ouvimos e utilizando os documentos que aqui foram apresentados solicitar ao Senhor Vereador Manuel Salgado o esclarecimento urgente sobre a tal existência do talvegue uma vez que a resposta que nos foi dada, considero-a insatisfatória, aliás, foi dito por vários Senhores Deputados consideravam insatisfatórios algumas coisas, esta eu próprio também considero insatisfatória, porque uma escalda de um por dez mil não é suficiente para esclarecer esta questão. -----

----- E, portanto, se acharem bem farei esta diligência, porque entendo que devemos fazer e temos que levar às últimas consequências, as informações que temos e os factos que estão aqui trazidos pelos cidadãos, sem qualquer desprestígio dos funcionários, sem qualquer desprestígio do Senhor Vereador Manuel Salgado, mas porque o que interessa aqui de facto é a salvaguarda não só da legalidade, mas também da factualidade objetiva que está em causa. Se não houver objeções da vossa parte, assim o faremos.-----

----- Senhores Deputados terminamos este ponto da nossa Ordem de Trabalhos. -----

----- (...) -----

----- A sessão terminou, eram dezoito horas e cinco minutos. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AM/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

----- A PRESIDENTE -----